



O COMPORTAMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO DESDE A SUA INSTITUIÇÃO E UMA ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

GT 5 – Economia Brasileira

Marcos Sena Matos Lima ¹
Alessandro Fernandes de Santana ²
Albert Lucas Gomes Carvalho ³
Valéria Sena Santos ⁴
Janna Alves Britto Peixoto ⁵

RESUMO

O presente estudo tem o intuito de examinar o percurso do salário mínimo na economia brasileira desde a sua instituição até o final dos anos 90, verificando os fatores que influenciaram o crescimento econômico durante o período, e por fim analisando o poder de compra do salário mínimo na economia brasileira. Nesta pesquisa foi inserida uma proposta metodológica de análise histórica, a qual coloca os dados da pesquisa sob uma perspectiva cronológica. As variáveis selecionadas para análise de estudo foram o salário mínimo (analisado pelo seu poder de compra) e o Produto Interno Bruto – PIB (sendo o mesmo observado pela ótica da renda). Através das análises percebeu-se que o salário mínimo não tinha poder de compra antes da implantação do Plano Real, isso devido à inflação vivida nas décadas anteriores, mas após a implantação da política econômica a inflação foi controlada e o salário mínimo obteve um poder de compra. Nos resultados, verificou-se que ocorreram inúmeras variações no valor do salário mínimo durante toda sua história. No período 1990-1993 o salário mínimo obteve constantes oscilações em seu valor e principalmente em seu poder de compra. Entre os anos de 1994 a 1999, o salário mínimo obteve um aumento em seu valor real. Assim, o que se pode observar é que com a retomada do poder de compra do salário mínimo, o trabalhador assalariado pôde utilizar melhor os seus rendimentos, contribuindo assim para o crescimento econômico brasileiro na década de 1990.

Palavras - chave: Salário mínimo. Crescimento econômico. Poder de compra.

¹ Marcos Sena Matos Lima, Economista, Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: mssenalim@hotmail.com

² Alessandro Fernandes de Santana, Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: afsantana74@gmail.com

³ Albert Lucas Gomes Carvalho, Economista, Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: albert_carvalho@hotmail.com

⁴ Valéria Sena Santos, Economista, Universidade Estadual de Santa Cruz, e-mail: lellasena@hotmail.com

⁵ Janna Alves Britto Peixoto, Assistente Social, UNOPAR, e-mail: jannapeixoto@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

Com a crise do feudalismo no século XIV, nasce o capitalismo, trazendo consigo mudanças socioeconômicas, que ocorreram na Europa provocando grandes mudanças no modo de produção daquela época (FERLA; ANDRADE, 2007). Com isso, começou-se a mudar o comportamento da sociedade que até então eram subordinadas aos senhores feudais. Com o processo de industrialização novas maneiras de remuneração foram criadas para os trabalhadores. Essa mudança na Europa e principalmente na Inglaterra, país pioneiro do sistema capitalista, beneficiaram diretamente a burguesia nacional ao conferir maiores liberdades para costurar acordos diplomáticos e articular os diversos setores da economia britânica ao interesse das atividades comerciais.

A Revolução Industrial do século XVIII representou o momento de consolidação do capitalismo, pois, segundo Recco (2005), ela foi responsável pela separação definitiva entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia sobre a produção e pela formação de uma nova classe social. A partir desse momento histórico que o salário começou a ganhar força e ser vigorado. A definição de salário é tida como uma remuneração a qual o trabalhador recebe pela oferta de sua força de trabalho, e o salário mínimo seria uma remuneração base, porém permitida por lei para aqueles trabalhadores de um determinado setor da atividade econômica de algum país (SANDRONI, 1998, p. 542).

Nos dias de hoje, o salário é considerado um direito social em que os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais têm, e em que procuram atender as necessidades fundamentais básicas a qual o trabalhador e seus familiares precisariam para sobreviver.

1.2 O Problema e sua importância

O salário mínimo no Brasil foi criado pelo governo de Vargas durante o século XX, na década de 1930, através da publicação da Lei de nº185 em janeiro de 1936 e decreto de lei em abril de 1938. Neste período, existiam 14 salários mínimos diferentes no país, denominados de salário mínimo regional, que eram contabilizados em valores diferentes de acordo com a sua região, e também com relação às características e peculiaridades de sua localidade. Esses



salários mínimos regionais duraram vários anos de existência, mas em 1984 foi feita a unificação dos montantes (BACEN, 2002).

A economia brasileira durante a década de 1990 foi marcada por profundas mudanças tanto no cenário econômico nacional, como no internacional, resultantes das transformações de fundo nas estruturas produtivas do país.

O cenário econômico brasileiro durante ingresso do Plano Real proporcionava determinados fatores favoráveis, destacando-se o alto nível das reservas cambiais e a alta liquidez internacional.

Diferentemente dos planos de estabilização econômica anteriores (heterodoxos), o Plano Real foi inserido de maneira íngreme, como forma de combater os problemas econômicos vivenciados durante a década de 1980. Ao decorrer da década de 1990, notou-se que a estabilização das taxas de inflação promovidas pelo Plano Real foram os principais frutos colhidos naquele cenário econômico.

Para Castro (2004), o Plano Real foi bem sucedido, isto porque reuniu vários fatores, as condições externas para a estabilização eram melhores em 1994 em relação aos anos 1980, e havia abundância de liquidez internacional e elevado volume de reservas e a economia brasileira se encontrava mais aberta nos anos 1990, assegurando a eficácia da âncora cambial introduzida após o lançamento do real.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: qual a relação do salário mínimo no crescimento econômico brasileiro na década de 1990?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar o comportamento do salário mínimo desde a sua instituição e ao mesmo tempo analisar o crescimento econômico brasileiro na década de 1990.

1.3.2 Específicos

- a) Examinar o percurso do salário mínimo na economia brasileira desde a sua instituição até o final da década de 1990;



- b) Verificar os fatores que influenciaram o crescimento econômico durante a década de 1990;
- c) Analisar o poder de compra do salário mínimo na economia brasileira na década de 1990.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sobre os Salários

O salário é a forma de pagamento feita ao trabalhador em troca de sua mão de obra. De acordo com Lourenço (2012), a palavra salário provém do latim *salarium argentum*, que significa "pagamento em sal", essa foi a primeira forma de pagamento oferecida aos soldados do Império Romano (27 a.C. - 192 d.C.).

Os salários têm sido analisados desde a origem da economia política e compõem um dos principais objetos de análise do pensamento econômico. Segundo Seabra (2008), para os clássicos a taxa de salário é atrelada ao compasso da acumulação de capital, no entanto, em decorrência de uma lei natural da população, os salários dos trabalhadores tenderiam a oscilar próximo ao nível de subsistência em uma economia capitalista.

Para Smith (1776), a agregação do salário ao modelo de acumulação já era real, portanto, o salário se eleva quando a riqueza nacional cresce, devido à pressão da procura do trabalho. Segundo Ricardo de acordo com Seabra (2008), os salários deixam de ser apenas uma questão de forças de oferta e demanda e passam a ser determinados por elementos mais essenciais à acumulação. De acordo com Ricardo (1817), o salário de mercado gravitaria à volta do salário natural, se o salário de mercado for superior ao natural, à taxa de natalidade tende a aumentar e o aumento da oferta de trabalho fará baixar os salários pagos no mercado e vice-versa.

A análise realizada por Ricardo (1817), define o salário em dois conceitos, o salário natural que correspondente ao valor dos bens necessários que permitem ao trabalhador subsistir e perpetuar a sua descendência, e o salário de mercado que é o efetivamente pago no mercado. Ainda segundo o mesmo autor, a quantidade de trabalho incorporado é que determina os valores de troca que tendem a prevalecer no mercado. Ele considerava a força do trabalho, como uma mercadoria, correspondendo o salário natural, ao valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador e da sua família.



A partir da década de 1930 o pensamento clássico perde força, e com a crise de 1929 e a enorme depressão da economia norte-americana que se espalhou por todo o mundo, surge a teoria keynesiana que rebate a teoria clássica como uma forma de esclarecer o grande nível de desemprego surgido.

Keynes citado por Seabra (2008), o nível de emprego é explicado pela demanda efetiva, dado uma situação de preços e salários nominais, Keynes inverte a relação causal dos clássicos, para ele o nível de emprego determina o nível de salário real.

A análise Keynesiana dos salários crítica às proposições neoclássicas, considerando-as inadequadas, fato que se verifica quando são relacionadas às características básicas de uma economia monetária moderna. Na visão de Keynes analisada por Seabra (2008, p. 24),

[...] o erro dos economistas neoclássicos está na total desconsideração de uma teoria de demanda agregada. Afirma o autor que ninguém pensaria, pois em negar a proposição de que uma redução dos salários, acompanhada da demanda efetiva agregada idêntica a níveis anteriores, e seguido por um aumento do emprego; mas a questão que se propõe e, justamente, saber se os salários nominais reduzidos serão ou não acompanhados pela mesma demanda agregada.

Para eles, os salários não são flexíveis, mas sim viscosos, pois essa viscosidade seria ligada a imperfeições da informação.

2.2 Teoria do Crescimento Econômico

A fundamentação do crescimento econômico vem desde os pensamentos dos primeiros economistas clássicos. Esses pensadores implantaram conceitos-chaves deste ramo do estudo econômico tais como os de rendimentos decrescentes e sua relação com a acumulação de capital, ou a relação entre progresso tecnológico e especialização do trabalho. Logo após veio a escola neoclássica a qual determinava o crescimento econômico como a variação do PIB e sua relação com o crescimento demográfico de um país. Mais tarde, o pensamento neokeynesiano buscou entender o crescimento econômico como um processo.

Entre as correntes do pensamento econômico, com relação à abordagem da teoria do crescimento econômico, destacam-se duas formas diferentes, a corrente Clássica e a corrente Keynesiana. A corrente clássica considerava crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto para a corrente keynesiana, o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente.

A corrente clássica defendia um limite máximo ao crescimento, imposto pelos limites da terra arável. Para esses economistas da primeira corrente, um país é subdesenvolvido



porque cresce menos do que os desenvolvidos, apesar de possuírem recursos ociosos como terra e mão de obra.

A ideia de crescimento econômico para a corrente Keynesiana, fundamenta-se na relação direta entre o nível de investimentos, poupança de um país e o ritmo de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Essa corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, nas instituições e estruturas produtivas (SOUZA, 2005).

A importância de crescimento econômico surge no ano de 1776 durante o século XVIII com Adam Smith em sua obra de A Riqueza das Nações. Smith (1776) analisa a formação da riqueza de uma nação, discorrendo sobre a funcionalidade dos mercados e a analogia da expansão dos mesmos para rendimentos de escala de produção, onde os custos médios seriam diminuídos e deixariam de gerar lucros. Para ele, estes lucros desenvolveriam as possibilidades de emprego da mão de obra economicamente ativa, o que por sua vez desenvolveria a renda da população e, no longo prazo, induziria a um remanejamento de renda entre o capital e o trabalho.

Para Smith (1776), o crescimento econômico é apresentado como uma das principais condições para a aquisição do desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, para acontecer o crescimento econômico, seria indispensável que o Estado permitisse que os agentes econômicos operassem de forma livre no mercado.

As análises realizadas a respeito do crescimento econômico por Ricardo (1817), mostra que o novo modelo para o crescimento econômico depende de uma taxa de lucro elevada, com tal elevação haverá um aumento na poupança que será canalizada para novos investimentos. Então, a partir do momento em que existir uma evolução na taxa de lucro, o crescimento estará assegurado, pois o crescimento depende da acumulação de capital, logo, depende da sua taxa de crescimento, isto é, depende do lucro, que por sua vez o lucro depende de outras variáveis como salários e rendas.

Com relação à escola Keynesiana, a qual nasce através dos resultados realizados por Keynes (1936), acerca da ineficiência do liberalismo econômico, onde na sua percepção também proporcionou a diferença entre a ideia de crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

Para Keynes (1936), nem sempre a oferta pode causar a sua própria demanda, já que, nem sempre o indivíduo gastaria toda a sua renda, e a mesma renda que esse indivíduo não



gastasse, nem sempre seria transformada em fonte de investimento, o que impossibilitaria o pleno emprego dos fatores produtivos.

Para os Keynesianos, os investidores é que decidiriam a questão da taxa de crescimento, conforme as suas expectativas e essas expectativas vão ditar os níveis de investimento do longo prazo.

3. METODOLOGIA

3.1 Procedimentos Metodológicos

Neste estudo foi inserida uma proposta metodológica de análise histórica, a qual coloca os dados da pesquisa sob uma perspectiva cronológica, podendo assim comparar o conjunto dos elementos que existiram na década de 1990 com suas origens, comparar formações anteriores que eram antecessoras do que a década de 1990, e por fim acompanhar a evolução da história econômica brasileira.

É através deste método que foi feita a análise do comportamento do salário mínimo e uma análise do crescimento econômico brasileiro na década de 1990. Assim pode-se evidenciar a validade e a confiabilidade do estudo através dos dados obtidos.

Os tipos de pesquisas que foram realizados neste projeto são: a pesquisa qualitativa, a qual se preocupa com os aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa quantitativa que se baseia numa visão positivista, na qual a capacidade de conhecer o mundo real fica representada pela mensuração matemática.

E ainda, foi utilizado também, o instrumento da pesquisa bibliográfica, que é uma análise geral sobre as principais referências teóricas já realizadas, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, e também por serem publicados por meios escritos ou eletrônicos.

3.2 Base de Dados

Os dados secundários utilizados para efetuar as análises foram obtidos nos sites de instituições governamentais na internet, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central (BACEN) e outras



instituições afins, que possuem dados secundários e de alta confiabilidade demonstrando os principais indicadores econômicos.

3.3 Variáveis de Estudo

As variáveis selecionadas para análise deste estudo foram o salário mínimo e o Produto Interno Bruto (PIB). O salário mínimo visto que se refere ao nível do poder de compra da maior parte da população brasileira, e o Produto Interno Bruto (PIB), sendo observado pela ótica da renda,

3.4 Periodicidade do Estudo

Para desenvolver esse estudo foi estabelecido um recorte temporal centrado no Brasil durante toda a década de 1990, período este que o país presenciou crises econômicas internas vindas das décadas anteriores, altos índices de inflação, mudanças de planos econômicos, e no final da década vivenciou crises econômicas mundiais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise do salário mínimo no Brasil desde a sua instituição em 1930 até o final da década de 1990

Foi a partir da década de 1930 que o então Presidente, Getúlio Vargas, regulamentou a instituição do salário mínimo sobre a Lei nº165 de janeiro de 1936 e o Decreto de Lei nº399 de abril de 1938. Getúlio Vargas visava estabelecer garantias das necessidades do trabalhador e as necessidades da família do trabalhador, e por isso assegurou constitucionalmente o direito a uma remuneração mínima ao vendedor de sua força de trabalho. Entretanto este salário mínimo só passou a ser vigorado em 1º de maio de 1940, através do Decreto de Lei nº 2162, fixando os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar no mesmo ano (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2000).

No início, o salário mínimo era constituído de acordo com a região do país. No ano de 1940, foi acertado que o salário mínimo precisaria compreender todo território brasileiro, entretanto ainda era pago com diferentes valores para as diferentes regiões e sub regiões e, ainda, foi determinado que tais valores deveriam ser revistos a cada três anos:

Desde a sua instituição, o salário mínimo passou por diversos reajustes, sempre entrando em combate com a inflação, a qual quando superior ao seu índice de reajuste salarial ocasionou perdas no valor real dos salários. Ocorreram diversas mudanças com relação ao valor do salário mínimo no transcorrer dos anos. A figura 1 demonstra os valores estipulados, desde a instituição do Salário Mínimo em 1940 até o mês de janeiro do ano de 1999.

Para a realização e análise da Figura 1 foram considerados os valores dos salários mínimos recebidos na cidade de São Paulo até o ano 1984 por conta da disponibilidade dos dados, quando o salário mínimo era diferente por região do país, pois após esse ano, o mínimo foi unificado. Com relação ao ano de 1940, é considerado o mês de julho, quando o salário mínimo foi instituído, e para o ano de 1994 se refere ao mês de julho onde foi instituído e começou a vigorar o Plano Real, para os outros demais anos, foi considerado o mês de janeiro. Sabendo-se que todos os valores foram corrigidos para o mês de janeiro do ano de 2011 pelo Índice do Custo de Vida (ICV) para a capital paulista, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

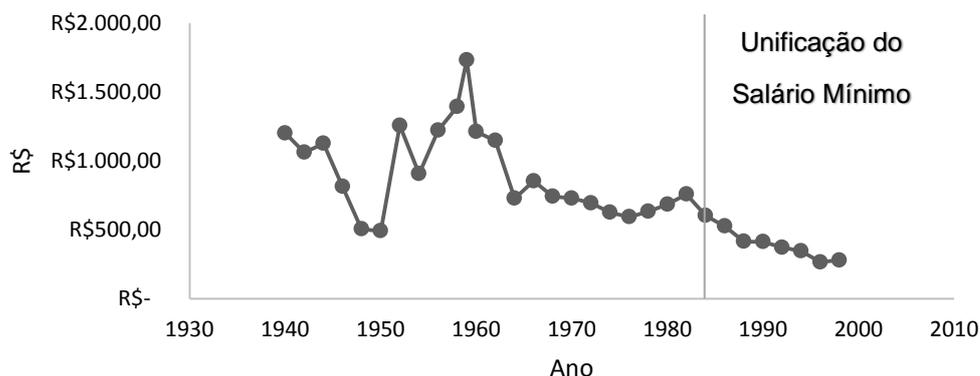


Figura 1 - Evolução do salário mínimo no Brasil desde a sua instituição.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do DIEESE (2013b).

A partir da Figura 1 nota-se que ocorreram diversas variações com relação ao valor do salário mínimo desde a sua constituição. No ano de 1940 quando foi constituído o salário mínimo, durante o governo de Getúlio Vargas, o piso salarial estava estabelecido em um patamar de R\$ 1.202,29, lembrando que esses valores foram corrigidos pela inflação em reais para o mês de janeiro do ano de 2011.

Após o ano de 1940, o salário mínimo entrou em um ritmo decrescente e só voltou a crescer a partir do ano de 1950. No ano de 1959 o valor do salário mínimo alcançou o seu ápice, o seu valor chegou a um patamar de R\$ 1.732,28, valor corrigido para o ano de 2011.

Na Figura 2 observa-se que desde o início do ano de 1957 o índice de inflação cresce em uma taxa crescente, e que no início do ano de 1964 esse índice chega a um patamar de 11,26% ao mês.

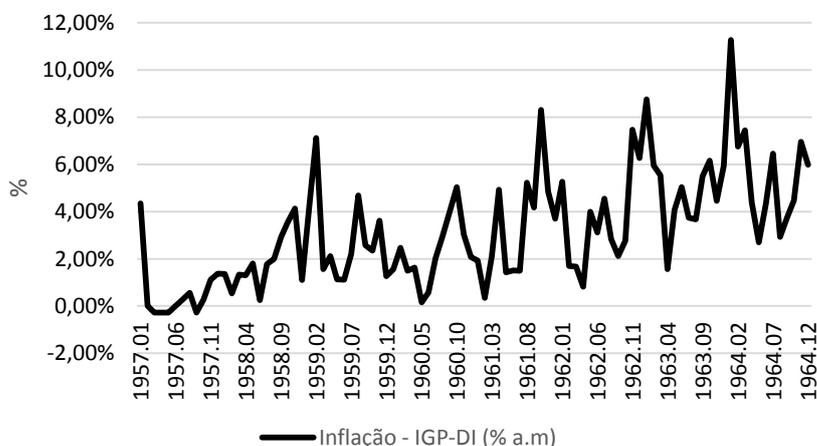


Figura 2 – Inflação IGP-DI entres os anos de 1957 a 1964.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013d).

Pode-se perceber na Figura 3 a evolução do salário mínimo na década de 1990, o primeiro aumento do salário mínimo foi em junho de 1990, onde o mesmo encontrava-se no valor de Cr\$ 3.674,06, e passou para Cr\$ 3.857,76, uma variação de 5%. Para os valores citados acima para o mesmo período, o valor do salário mínimo real, corrigidos para o ano 2013, é equivalente a R\$ 282,62 passando para R\$ 319,06. A valorização do salário mínimo, entretanto, não se sustentava, devido à acelerada inflação da época.

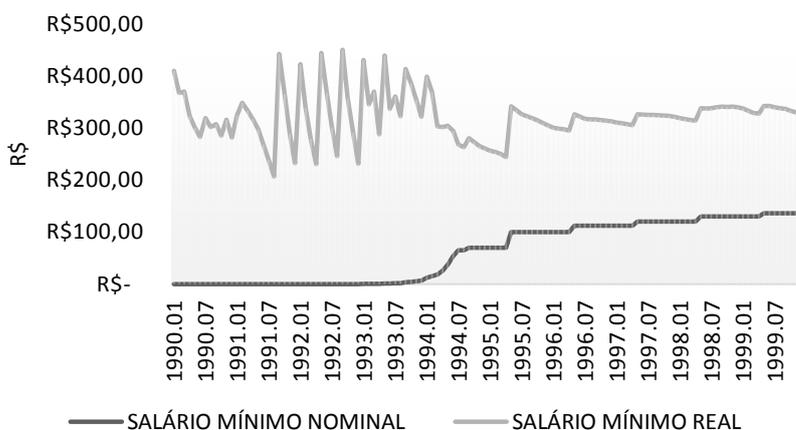


Figura 3 - Salário mínimo brasileiro na década de 1990.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013a).

* Os valores do salário mínimo real foram corrigidos para o ano 2013.

O menor valor alcançado pelo salário mínimo em toda a sua história aconteceu em abril de 1992, de acordo com os dados do Ipeadata (2013a), o valor real do salário mínimo era correspondente a Cr\$ 82.500,00. Após o ocorrido o governo levou para a Câmara o Projeto de Lei Nº 2747, tornando-se mais tarde na lei nº 8.419, de 7 de maio de 1992.

Observa-se na Figura 4 que o maior índice de inflação vivenciado durante a década de 1990 foi em março do mesmo ano onde conseguiu alcançar um patamar de 82,18% a.m, dois meses depois esse mesmo índice encontrava-se 7,31% a.m. Após essa queda, a inflação apresentou um comportamento crescente até o mês de junho do ano de 1994, chegando a 48,24% a.m. No mês seguinte o índice de inflação correspondia a 7,75% a.m, devido às expectativas inflacionárias dos agentes econômicos relacionadas ao fato de ser o primeiro mês de existência do Plano Real. Observa-se que nos meses subsecutivos ocorreram uma queda significativa em que os valores não passaram do teto de 2,5 % a.m e, que a partir do ano de 1996 os índices de inflação se estagnaram abaixo de 1% a.m até o final do ano de 1999.

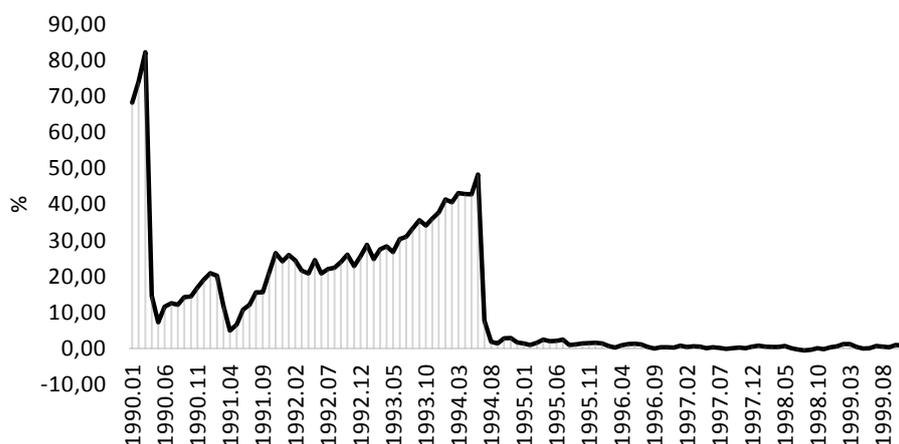


Figura 4 – Inflação: INPC (% a.m.) na década de 1990.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013b).

4.2 O crescimento econômico brasileiro na década de 1990

Após o lançamento do Plano Collor I, o governo tratou de lançar a Política Industrial e de Comércio Exterior, conhecida como PICE. Essa política tentava estimular a concorrência e a competitividade da indústria brasileira afim de elevar a qualidade dos produtos e serviços ofertados ao mercado interno.

Observa-se na Figura 5 a evolução do PIB brasileiro durante a década de 1990, nota-se que os quatro primeiros anos da década não aconteceu um aumento significativo no valor do

PIB em relação aos anos posteriores, isso devido ao momento turbulento vivido pela economia nas décadas anteriores e que persistiu até a metade da década.

Os primeiros anos da década de 1990 o Brasil gerou indicadores de crescimento negativos. Em 1990 o PIB brasileiro apontou uma queda de 4,35%, e no ano de 1992 uma nova queda de 0,54% como pode-se perceber na Tabela 1. Essa queda gerada no indicador de crescimento econômico foi provocada pelas políticas de estabilização adotadas pelo governo, que influenciaram de forma direta na decisão de investimento e por conseguinte contribuiu para a queda do PIB.

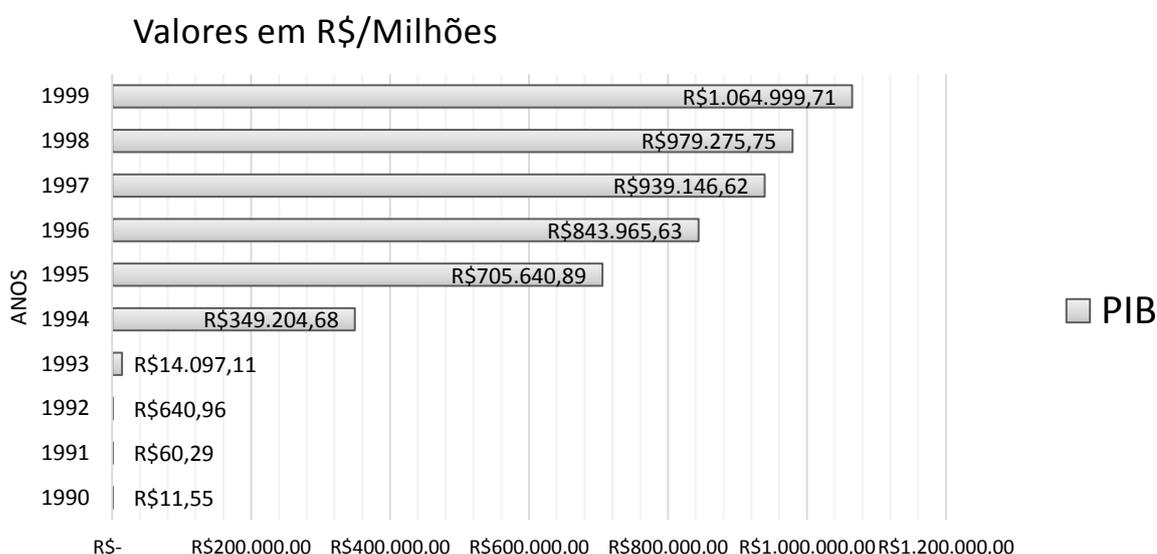


FIGURA 5 – Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na década de 1990.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013c).

A Tabela 1 apresenta as flutuações do PIB brasileiro entre os anos de 1990 a 1999, notando-se as suas oscilações inconstantes durante o período apresentado. Nos anos antecedentes ao ano de 1994, as variações do PIB brasileiro foram negativas, isso devido ao cenário de hiperinflação e instabilidade econômica vivenciada nesses anos, porém observa-se que após o ano de 1994, depois da implantação do Plano Real, essa variação voltou a crescer chegando a 5,85% no ano de 1994, entretanto nos anos de 1998 e 1999 essas variações chegaram a 0,04% e 0,30% respectivamente.

Pode-se enxergar muito bem na Tabela 1 a melhora na variação real do PIB com um aumento de 1% em sua taxa entre os anos de 1993 e 1994. Isso devido à redução dos índices inflacionários depois da implantação do Plano Real. Foi perceptível que no ano de 1994 foi o ano com maior crescimento econômico quando atingiu o índice de 5,85%, resultado da



estabilização econômica provocada pela implantação do Plano Real, a qual promoveu a expansão do consumo.

Voltando para Tabela 1, observa-se que variação percentual real do PIB para o ano de 1995 não obteve o mesmo sucesso relacionado ao ano anterior, pois teve um *déficit* de 1,63% do ano de 1994 para o ano de 1995 alcançando o índice de 4,22%, e no ano de 1996 ocorreu também um decréscimo, passando para 2,15%. No ano de 1997 ocorreu uma pequena reação alcançando um índice de 3,38%, porém parou por aí, pois no ano de 1998 o crescimento foi quase nulo obtendo um índice de 0,04%, e em 1999 o índice ficou em 0,30%.

TABELA 1 – Produto Interno Bruto – PIB e taxas médias de crescimento.

<i>Ano</i>	<i>PIB a preços correntes em r\$/milhões</i>	<i>Em milhões de r\$ do último ano</i>	<i>Variação percentual real (%) (Taxas médias de crescimento)</i>
1990	R\$ 11.548.794,55	R\$ 2.318.361,99	-4,35%
1991	R\$ 60.285.999,27	R\$ 2.342.241,12	1,03%
1992	R\$ 640.958.767,64	R\$ 2.329.509,17	-0,54%
1993	R\$ 14.097.114.181,82	R\$ 2.444.232,05	4,92%
1994	R\$ 49.204.679.181,00	R\$ 2.587.289,78	5,85%
1995	R\$ 705.640.892.091,87	R\$ 2.696.571,56	4,22%
1996	R\$ 843.963.999.000,00	R\$ 2.754.561,31	2,15%
1997	R\$ 939.146.001.000,00	R\$ 2.847.535,95	3,38%
1998	R\$ 979.277.002.000,00	R\$ 2.848.542,43	0,04%
1999	R\$ 1.065.000.000.000,00	R\$ 2.855.779,96	0,30%

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Banco Central (2013).

No período de 1995 a 1999 o Brasil passou por grandes alterações em sua estrutura política e principalmente econômica, devido especialmente à liberação econômica. E essa política econômica adotada tinha como objetivo a estabilização de preços e sua manutenção, porém, mesmo assim, devido às dificuldades encontradas no cenário econômico mundial, o Brasil fechou a década de 1990 com uma taxa de crescimento modesto com 0,03%.

Na figura 6 observa-se a participação por setores no PIB brasileiro nos últimos cinco anos da década de 1990, mesmo com o momento conturbado na economia mundial nesses anos o valor do PIB cresceu, porém a participação por setor era muito instável, podem ser vistas as oscilações do setor industrial que apresentaram 24,03%, 22,87%, 23,11%, 22,69%,

22,60% para os anos 1995,1996,1997,1998, 1999 respectivamente. Enquanto isso o setor de serviços encontrou-se mais estável, vindo de uma crescente e decrescendo no último ano.

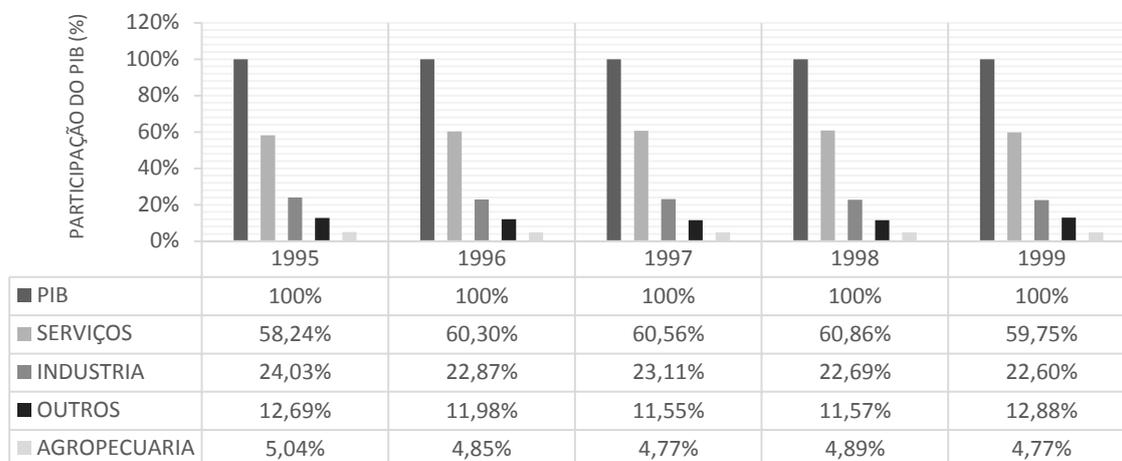


FIGURA 6 – Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na década de 1990 e suas participações.
Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do IBGE (2013).

4.3 Análise do poder de compra do salário mínimo na década de 1990

Ao analisar a Figura 7 percebeu-se que mesmo com os altos índices de inflação que acontecia durante a década de 1990, as políticas salariais implantadas foram capazes de garantir o poder de compra do salário mínimo, que entre os anos de 1990 a 1994 apresentaram um crescimento real de 10,6%, em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (CONSULEX, 2004).

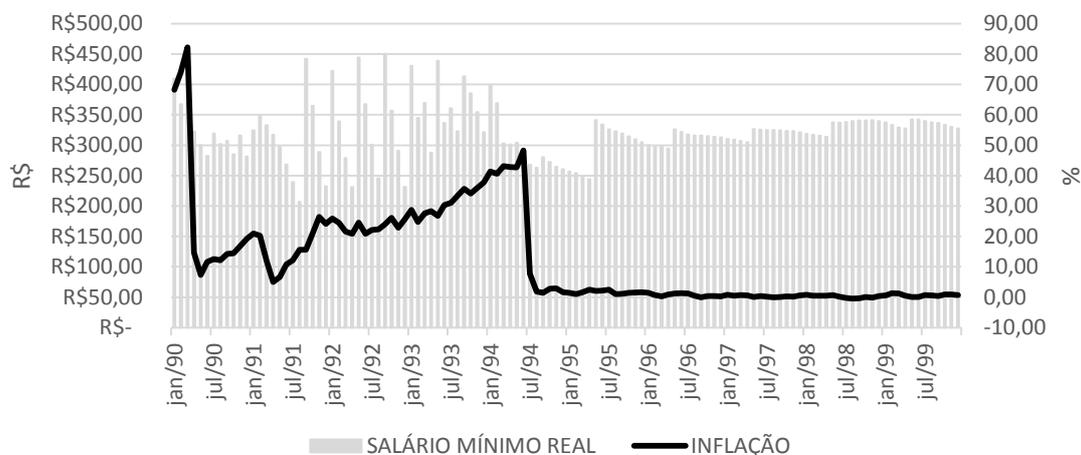


FIGURA 7 – Salário Mínimo Real x Inflação - INPC
Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013a) e Ipeadata (2013b).

Na figura 7 mostra que nos quatros primeiros anos do período, a taxa de inflação é alta, tornando assim o poder de compra do salário mínimo baixíssimo, mas após esse período a taxa de inflação é controlada e o poder de compra do salário mínimo se torna alto, possibilitando assim uma melhoria da condição do trabalhador assalariado.

Analisando a Figura 8, percebe-se que antes da implantação do Plano Real, o poder de compra do salário mínimo era muito pequeno, isso devido às condições inflacionarias vivenciada no início da década de 1990. Após a implementação do Plano Real, houve a estabilização do poder de compra em termos de cestas básicas, o poder de compra do salário mínimo praticamente dobrou, fazendo com que o salário mínimo tivesse rendimentos reais ainda maiores.

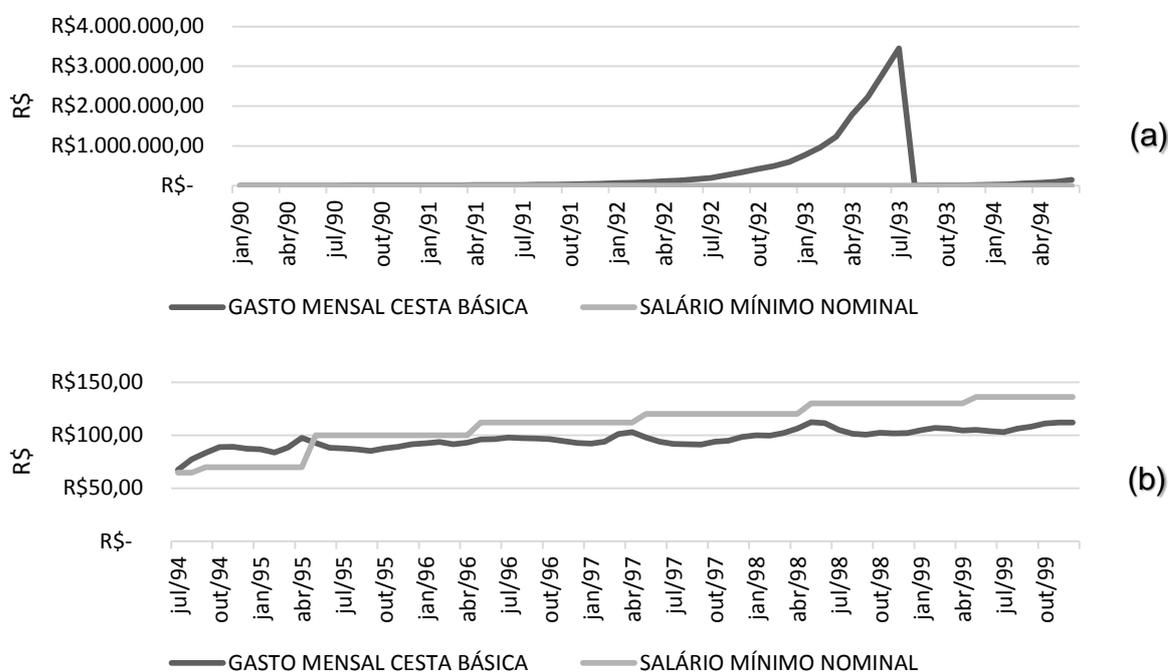


FIGURA 8 - Gasto Mensal com a Cesta Básica x Salário Mínimo Real antes da implantação do Plano Real (a), e Gasto Mensal com a Cesta Básica x Salário Mínimo Real após a implantação do Plano Real (b)

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Ipeadata (2013a) e do DIEESE (2013a).

* Para a análise dos dados do gasto com a cesta básica foi levado em conta os gastos referente a cidade de São Paulo.

Todavia, constatou-se que antes do Plano Real o salário mínimo era muito instável devido à inflação dos anos anteriores, assim o seu poder de compra era muito menor. A partir do momento em que ocorreu a estabilização da moeda através do Plano Real no ano de 1994,



proporcionou reflexos positivos na economia brasileira juntamente com os pequenos aumentos anuais do salário mínimo, o que possibilitou mais poder de compra aos trabalhadores assalariados. Assim esses assalariados que antes só conseguiam se alimentar com o salário mínimo começaram a poder ter outros gastos com saúde, lazer, educação e moradia.

Analisando a Tabela 2 observou-se que o PIB apresentou altas taxas medias de crescimento durante as décadas de 1960 e 1970, esse período ficou conhecido como o milagre econômico. Ao mesmo tempo a taxa de população apresentou taxa positiva, também destacou o PIB per capita que obteve um índice de 6,04% na década de 1970, porém o aumento das taxas medias de crescimento relacionados ao salário mínimo nominal não foram proporcionais a taxas medias de crescimento dos indicadores citados no mesmo período.

TABELA 2 – Taxas médias de crescimento

PERÍODO	PIB	POPULAÇÃO	PIB PER CAPITA	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL
DÉCADA DE 60 (1961-1970)	6,17%	2,89%	3,19%	0,31%
DÉCADA DE 70 (1971-1980)	8,63%	2,44%	6,04%	0,43%
DÉCADA DE 80 (1981-1990)	1,57%	2,14%	-0,56%	3,84%
DÉCADA DE 90 (1991-2000)	2,54%	1,57%	0,95%	2,87%

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir dos dados do Banco Central (2013) e Ipeadata (2013a)

Na década de 1980 o PIB apresentou uma redução de 81,80% em relação a década anterior e obteve uma taxa média de crescimento de 1,57%, esse período ficou conhecido como a década perdida. Nesse mesmo período o salário mínimo nominal obteve um aumento significativo de 793% em seu valor relacionado a década anterior. Obtendo uma taxa média de crescimento de 3,84%.

Na década de 1990 mesmo com os períodos inflacionários e as crises econômicas nacionais e mundiais que afetaram a economia brasileira, a taxa média de crescimento do PIB volta a crescer, e no mesmo período a taxa médias de crescimento do salário mínimo nominal apresentou um crescimento de 2,87%, essa taxa só foi possível devido as políticas salariais e econômicas implantadas afim de promover as estabilização da taxa de inflação.

Assim, observou-se na Tabela 2 que o salário mínimo não possui uma relação direta com o PIB, porém com as adoções dos planos salariais e econômicos, o salário mínimo



obteve um poder de compra maior proporcionando ao trabalhador assalariado uma melhor condição para utilização de seus recursos, como saúde, lazer e ampliando o próprio consumo, contribuindo assim com crescimento econômico brasileiro na década de 1990.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu a análise da trajetória do salário mínimo desde sua instituição até o final da década de 1990. E através disso percebeu-se que ocorreram inúmeras variações em seu valor durante toda sua história. De acordo com os dados analisados neste trabalho, para a resolução dos objetivos do mesmo, constatou-se que durante o início do ano de 1990 até o fim do ano de 1993 o salário mínimo obteve constantes oscilações em seu valor e principalmente em seu poder de compra, devido os altos índices inflacionários que estava presente neste período.

Entre os anos de 1994 e 1999, o salário mínimo obteve um aumento em seu valor real, porém, apesar desta melhora o salário mínimo esteve muito longe de ser o ideal para suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, mas que não deixou de ser uma melhora significativa se comparados aos períodos anteriores e relacionados aos problemas econômicos encontrados durante a época.

Com relação ao poder de comprar do salário mínimo, este só obteve ganho reais após a implantação do Plano Real, que aconteceu em julho de 1994. Este plano fez com que ocorresse um controle inflacionário, estabilizando o nível geral dos preços, interrompendo assim o processo de inflação crônica que o país vivenciou por muitos anos.

Em relação a cesta básica o que se pode verificar que no início da década de 1990 o seu valor nominal era equivalente a R\$ 1.063,03 e no final da década de 1990 esse valor era R\$ 111,96, uma redução significativa de 89,47%. Esse ganho no valor do salário mínimo, associado a diminuição do valor da cesta básica proporcionou uma melhora na relação ente o salário mínimo e a cesta básica, pois resultou num aumento do poder de compra do salário mínimo.

Ao analisar o cenário geral da economia brasileira o que se pôde averiguar foi que diversos fatores, tanto no campo político, social e econômico, influenciaram o crescimento do país. Durante a década de 1990, o ciclo econômico apresentou algumas particularidades em relação aos demais. Sobressaíram-se as constantes medidas de política econômica



implementadas via programas de estabilização para deter o processo inflacionário e mantê-lo sob controle.

O PIB brasileiro durante esse período teve um comportamento muito modesto, pois no início dessa década os indicadores mostraram uma taxa de crescimento negativa, em consequência do cenário de hiperinflação e instabilidade econômica da época, mas após a implementação do Plano Real esses índices começaram a reagir. Porém no final de 1990 ocorreu alguns decréscimos na taxa de crescimento econômico brasileiro, em razão as crises mundiais ocorridas nesta época.

A retomada do poder de compra do trabalhador que recebia o salário mínimo, permitiu a este assalariado usufruir parte de seus rendimentos em gastos que antes não eram utilizados pelo mesmo, como saúde, lazer, educação e moradia.

Assim, o que se pode observar é que com a retomada do poder de compra do salário mínimo, o trabalhador assalariado pôde utilizar melhor os seus rendimentos, contribuindo assim com crescimento econômico brasileiro na década de 1990.



REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Arcabouço analítico, conceitos, definições e classificações**. 2002. Disponível em: <
<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg659Ap.htm>> Acessado em: 14 nov. 2012

_____. **Produto Interno Bruto e taxas médias de crescimento**. 2013. Disponível em <
<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>> Acessado em: 14 set. 2013

CASTRO, L.B. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F.; VILELA, A.; CASTRO, L.B.; e HERMANN, J. (org.) **Economia Brasileira Contemporânea**. 2004. São Paulo: Ed. Campus

DIEESE. **Gasto mensal cesta básica**. 2013a. Disponível em: <
<http://jboss.dieese.org.br/cesta/produto> > Acessado em: 10 out. 2013

_____. **Salário mínimo nominal e necessário**. 2013b. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salárioMinimo.html>> Acessado em: 02 set. 2013

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 2007. Disponível em:
<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/viewFile/240/24> > Acessado em: 10 set. 2013

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. 2013. Disponível em: <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1846&z=t&o=15&i=P>> Acessado em: 22 set. 2013

IPEADATA. **Inflação: INPC**. 2013b. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>
Acessado em: 22 set. 2013

_____. **Inflação: IGP-DI**. 2013d. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>> Acessado em: 22 set. 2013

_____. **Produto interno bruto (PIB)**. 2013c. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>
Acessado em: 24 set. 2013



_____. **Salário mínimo real e Salário mínimo nominal vigente.** 2013a. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acessado em: 02 set. 2013

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda., 1936.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Salário e remuneração:** breves considerações acerca da legislação trabalhista brasileira. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12011> Acessado em: 02 set. 2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Plano Real.** 2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>> Acessado em: 20 set. 2013

RECCO, Claudio B. **Revolução Industrial do século XVIII consolida capitalismo.** 2005. Disponível em <<http://vestibular.uol.com.br/revisao-de-disciplinas/historia-geral/revolucao-industrial-do-seculo-18-consolida-capitalismo.jhtm>>Acessado em: 12 dez. 2012.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo, Ed. Nova Cultural Ltda., 1817.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia.** 9.ed. São Paulo: Best Seller: Círculo do livro, 1998.

SEABRA, Fernando. **Uma revisão da teoria dos salários.**2008. Disponível em <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Feconomia%2Farticle%2Fdownload%2F6698%2F6269&ei=7tqyULKHKJCE8ASk_4HwAg&usg=AFQjCNFVCqOSO5i7wSgjTvVGBqn2ILOwHw&sig2=GeBLICPJ0UnjyfBkLsiYKQ> Acessado em: 14 nov. 2012

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Vol. 1, São Paulo, Ed. Nova Cultural Ltda., 1776.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.